

Memória

Ideais políticos: a criação do Conselho Nacional de Pesquisas

ANA MARIA RIBEIRO DE ANDRADE *

INTRODUÇÃO

É muito antiga a tendência social para constituir ordens, organizar, agrupar e formar corporações, nas quais são reunidas pessoas com ideais, tradições e interesses comuns e onde são obedecidas e hierarquizadas as diferentes funções e categorias profissionais. Na historiografia e literatura especializada, tais organizações são identificadas como *corpos constituídos* ou *corpos especializados*, os quais se situam entre a base social e a autoridade do Estado, buscando formas tradicionais de representatividade na sociedade, bem como a legitimação da autoridade exercida no plano social, da política, da técnica ou do conhecimento específico. Apesar das querelas, facções e divisões internas, o “espírito de corpo” agrega os seus componentes, explica certas atitudes e decisões, podendo esses mesmos *corpos especializados* desempenhar papéis primordiais ou adquirir uma função histórica particular em determinados meios sociais. Tal comportamento, observado sobretudo entre os militares, mas também na academia, marcou o processo que é analisado neste trabalho: a criação do Conselho Nacional de Pesquisas.

São também antigas e foram numerosas as tentativas de intelectuais brasileiros e professores de Ensino superior, inclusive de escolas militares, de se organizarem em associações, comissões e conselhos. Muitos esforços foram feitos em prol da fundação de institutos de investigação científica e na luta pela pesquisa nas universidades. No início do século XX, representantes destes grupos de intelectuais mobilizaram-se para a criação da Sociedade Brasileira de Ciências (1916), a primeira tentativa bem sucedida de aglutinação de professores e pesquisadores para o desenvolvimento da ciência no país e, pouco depois, denominada Academia Brasileira de Ciências (1921). Em seguida, alguns de seus membros

* Registra-se a colaboração de Roberto Farias e Silva e Elaine Rezende de Oliveira – bolsistas de iniciação científica do CNPq – e os agradecimentos ao Centro Interunidade de História da Ciência (UIHC), ao Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, e ao Arquivo Histórico do Itamaraty.

fundaram a Associação Brasileira da Educação (1924). Porém, só na década de 1930, estes grupos começaram a se movimentar para organizar um conselho de ciências, a única possibilidade de garantir uma política de Estado e o financiamento da pesquisa científica. A conjuntura era favorável, em especial os cenários político e econômico.

As primeiras iniciativas fracassaram, mas o início da profissionalização de grupos que se dedicavam ao ensino e à investigação resultou na criação da USP (Universidade de São Paulo, 1934), da efêmera UDF (Universidade do Distrito Federal, 1935), do Instituto de Biofísica (Universidade do Brasil, 1945), da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1948) e do CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, 1949). O CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas, 1951), todavia, só pôde ser criado diante da nova ordem mundial engendrada após o término da Segunda Guerra Mundial e o lançamento da bomba atômica, quando estreitos laços que já uniam militares e cientistas brasileiros deram então lugar a uma sólida aliança. Na conjuntura do desenvolvimentismo da década de 1950, esse órgão foi o gestor da política governamental de energia atômica e a autarquia encarregada das atividades de fomento da ciência e da tecnologia.

O trabalho objetiva analisar o processo histórico que culminou com a criação do CNPq, cujo sucesso pode ser atribuído ao desdobramento da aliança estabelecida entre militares e cientistas para a criação do CBPF e à mobilização política identificada na sociedade brasileira após a Segunda Guerra Mundial. As atas de reunião e documentos produzidos pela comissão incumbida de elaborar o Anteprojeto de Estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas, em 1949, foram as principais fontes para este estudo¹.

AS TENTATIVAS FRUSTRADAS

A Academia Brasileira de Ciências – lugar de encontro dos poucos cientistas e de professores e intelectuais dedicados às práticas das ciências exatas e biológicas – tomou, em 1931, a iniciativa de propor a criação de um Conselho de Pesquisas². Aproveitando o processo de reorganização administrativa do Estado sob a forma de conselhos superiores, enviou um memorial a Getúlio Vargas, no qual propugnava a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do país. A sugestão não teve repercussão, uma vez que prevalecia na sociedade brasileira uma visão utilitarista da ciência, aliada à perspectiva de que o país poderia

¹ Ver: Arquivo Álvaro Alberto e Arquivo CNPq depositados, respectivamente, no Centro Interunidade de História da Ciência (USP) e no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCT).

² O tema foi abordado pela autora em: Andrade, Ana M. Ribeiro de. *Físicos, mésons e política: a dinâmica da ciência na sociedade*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/ Mast, 1999, p. 107-142.

obter vantagens comparativas recorrendo à importação de tecnologia, visando atender, a curto prazo, às demandas do setor industrial e aprimorando o modelo agroexportador. Por essa razão, em 1936, mesmo que a proposta de um Conselho de Pesquisas experimentais – exclusivo para as ciências agrárias – tenha partido do presidente da República, Getúlio Vargas, tal proposta não obteve o apoio necessário do Legislativo. Apesar do interesse dos participantes do Congresso Agrônomo (Rio de Janeiro, 1936), não havia receptividade na sociedade para a ciência, mais especificamente para a aplicação da genética, o que possibilitaria tanto o desenvolvimento de variedades vegetais apropriadas às qualidades do solo das diferentes regiões brasileiras, quanto a reorganização das onze estações experimentais agrícolas, nas quais se procurava desenvolver pesquisa e tecnologia. O incremento da produção agrícola nos Estados Unidos, ocasionado pelo desenvolvimento da pesquisa científica, tampouco contribuiu para formar novas opiniões no Congresso Nacional ou para sensibilizar politicamente os representantes das oligarquias rurais³.

Transcorridos dez anos, no contexto das exportações de minerais radioativos do Brasil para os Estados Unidos e do conflito de ideologias expresso na Guerra Fria, tentou-se organizar uma instituição similar à “Atomic Energy Commission”. A iniciativa coincidiu com os preparativos da viagem do então capitão-de-mar-e-guerra Álvaro Alberto da Motta e Silva⁴ para integrar a delegação brasileira na Comissão de Energia Atômica da ONU, entre 1946-48⁵. O caráter restrito da proposta oriunda dos meios diplomáticos e militares – embora redigida por uma comissão formada pelos chamados homens de ciência – o diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, J. A. Alves de Souza, e os professores José Carneiro Felipe, Joaquim Costa Ribeiro e Luiz Cintra do Prado, sob a presidência de Álvaro Alberto – prejudicou a obtenção de respaldo político. Não resistiu nem mesmo à troca do chanceler João Neves da Fontoura por Raul Fernandes⁶.

Enquanto o Conselho de Pesquisas dos Estados Unidos data de 1918, a AEC (Atomic Energy Commission, 1946-1975) foi criada para suceder ao “Manhattan Engineer District of the Army Corps of Engineers”, o Proje-

³ Arquivo Capanema. Série Ministério da Educação e Saúde - 1934-1945: assuntos administrativos-f (CPDOC/FGV); CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas. *Relatório de Atividades do Conselho Nacional de Pesquisas em 1951, apresentado ao Ex.mo. Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Dornelles Vargas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952. p.14.

⁴ Álvaro Alberto (Brasil, 1889-1976): químico, professor da Escola Naval, industrial do ramo de explosivos, vice e presidente da Academia Brasileira de Ciências (respectivamente, 1935-37 e 1949-51); fundador e vice-presidente do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (1949-1955); fundador e presidente do CNPq (1951-55). Roberto Campos refere-se a ele como uma das personalidades mais interessantes da delegação brasileira na ONU, porém, “esbanjava erudição de forma indigesta” (Campos, R. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. v.1, p. 101-103).

⁵ O tenente-coronel Orlando Rangel Sobrinho também participou da delegação brasileira na ONU. Ver Quadro 2.

⁶ João Neves da Fontoura foi ministro das Relações Exteriores em 1946 e Raul Fernandes ocupou o cargo entre 1946-51. Ver: CNPq. Conselho Deliberativo. *Anais da 564ª sessão do Conselho Deliberativo realizada a 17 de abril de 1961*. p.16 (Arquivo CNPq); e Quadro 2.

to Manhattan, depois de uma verdadeira batalha no Congresso americano. Pela primeira vez, os cientistas protestaram abertamente para impedir a aprovação de projeto proposto pelos militares. Repudiaram, publicamente, o controle absoluto das pesquisas científicas em física nuclear pelos militares. O descontentamento dos cientistas da Universidade de Chicago ganhou apoio da opinião pública, quando a imprensa divulgou que soldados americanos no Japão, sob o comando de Leslie Groves (o todo poderoso de Los Alamos), destruíram cinco ciclotrons de universidades japonesas e jogaram as peças no mar. Valendo-se da situação, o desconhecido senador Brian McMahon apresentou o projeto alternativo de criação da agência. Nesta contraproposta, não seriam mais os militares, mas sim os civis os responsáveis pelo controle das atividades nucleares no país. De novembro de 1945 a abril de 1946, uma comissão composta por senadores dos dois partidos principais se dedicou ao assunto. Nas sessões públicas, de um lado, os militares se apegavam à defesa da necessidade de manutenção do segredo e monopólio da tecnologia nuclear. De outro lado, Leo Szilard e cientistas combativos tentavam convencer os parlamentares de que, na comunidade internacional de físicos, o conhecimento científico para a produção de energia nuclear não era mais mistério. O presidente Harry Truman, fazendo saber que era partidário do controle nuclear pelos civis, favoreceu a aprovação da Lei McMahon, em julho de 1946. Pela nova lei, as questões de energia nuclear ficavam submetidas aos desígnios de uma comissão de cinco civis escolhidos pelo presidente da República, mas sujeitos à aprovação do Senado. Preservava-se a obrigatoriedade do sigilo completo da tecnologia nuclear, junto com a pena de morte, mesmo em tempo de paz, para os envolvidos na divulgação de informações a potências estrangeiras⁷.

No quadro das relações internacionais e baseado na experiência americana, o embaixador João Carlos Muniz – chefe da delegação brasileira nas Nações Unidas, em 1947 – enviou um ofício ao ministro das Relações Exteriores. Encaminhava relatório de Álvaro Alberto – no qual ele defende exclusivamente a produção de energia nuclear no país⁸ – e também deixava explícita a sua preocupação com a tentativa de regulamentação internacional da energia atômica, como meio de controlar a corrida armamentista. Enfatizando que o representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica, Álvaro Alberto, era um “técnico competente” e o único a defender os interesses dos países produtores de minerais físséis, advogava que a proteção para o Brasil consistia na organização da pes-

⁷ Goldschmidt, Bertrand. *Le complexe atomique*. Paris: Fayard, 1980. p. 96-99; Guilherme, Olympio. *O Brasil e a era atômica*. Rio de Janeiro: Vitória, 1957; Pereira, Newton Müller. Nuclear resources and nationalism. *Resources policy*, jun. 1992. p. 77.

⁸ R. Campos (1994). *op.cit.* nota 4, v. 1, p. 103 comenta que, apesar de ser segundo secretário de embaixada, Álvaro Alberto tentava convencê-lo da importância do desenvolvimento da energia nuclear. Na sua visão, ele “possuía uma energia que chegava ao fanatismo.”

quisa científica, na formação de técnicos no exterior e na intensificação da prospecção de minérios radioativos⁹.

Por essa razão, o debate reaparece em defesa da criação de um Conselho de Energia Atômica e de um Conselho de Pesquisas. Nas atas das reuniões da Academia Brasileira de Ciências há registros de manifestações de José Reis, Carlos Chagas Filho, Arthur Moses, Álvaro Alberto e outros. O ano de 1948, contrastando com as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento da pesquisa na Universidade do Brasil e nos institutos vinculados ao governo do estado de São Paulo, foi de muita mobilização política: participação de delegação brasileira – formada por Miguel Osório de Almeida, Maurício Rocha e Silva e Joaquim Costa Ribeiro – na Conferência dos Peritos Científicos da América Latina, promovida pela Unesco (Montevideu); organização da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), por força da atuação de biólogos paulistas que reivindicavam a autonomia da ciência com relação ao governo estadual; fundação da ESG (Escola Superior de Guerra); e o início da tramitação do Projeto de Lei n. 164/48.¹⁰

Tendo sido apresentado pela bancada paulista na Câmara dos Deputados, este projeto estaria inserido no movimento de cientistas e professores do estado de São Paulo. Por isto, teve o apoio de distintas tendências político-partidárias e contou com a colaboração de José Carneiro Felipe, professor da Escola Nacional de Química (RJ), mas que havia também trabalhado no Instituto Oswaldo Cruz com biólogos que, posteriormente, tinham se transferido para São Paulo. Como mostra o Quadro 1, a sustentação do projeto deve-se a diferentes partidos políticos e, predominantemente, ao tradicional PSD. O apoio ao Projeto de Lei n.164/48 pode ser interpretado como efetiva compreensão do papel da ciência e da tecnologia por parte de alguns desses deputados, ao se constatar que Edgar Baptista Pereira e Luís de Toledo Piza Sobrinho também viriam a apoiar, em 1949, o projeto substituto (ver Quadro 3), que Horácio Lafer foi mecenas do CBPF, e que dois professores e um médico são signatários do mesmo. Nada impede, todavia, que tenha havido adesões simplesmente decorrentes de laços sociais existentes entre parlamentares, cientistas e professores.

O resultado é singular: o Conselho de Pesquisas proposto comportava uma estrutura modesta e, ao contrário do esperado, representativa de instituições do Rio de Janeiro. Propunha-se uma composição de apenas cinco membros, indicados pela Academia Brasileira de Ciências, Instituto Oswaldo Cruz, congregação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, pelo Presidente da República e, curiosamente,

⁹ Ofício n.161, de 30 jul. 1947, do embaixador João Carlos Muniz a Raul Fernandez, Ministro das Relações Exteriores, encaminhando relatório de Álvaro Alberto. 17p. Códice 78/415 (Arquivo Histórico do Itamaraty).

¹⁰ Carta de Álvaro Alberto a Leite Lopes em 17 jun. 1949 (Arquivo Leite Lopes); *A Manhã*, 28 out. 1949, p. 4; Projeto de Lei n.164/48. *Diário do Congresso Nacional*. 29 abr. 1948. p. 2798.

por uma última instituição cujo nome não foi registrado. Em resumo, excluía a participação de representantes de instituições de pesquisa de São Paulo; o órgão teria por finalidade promover e estimular o desenvolvimento da pesquisa nos domínios da matemática, física, química, geologia e biologia, concedendo bolsas para a formação e aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, no país e no exterior; ficaria vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, mas possuindo autonomia científica, técnica e financeira; e era autorizado a criar um Instituto de Física Nuclear, cuja administração ficaria a cargo do próprio Conselho.

Quadro 1 – Deputados federais signatários do Projeto de Lei n.164/48 que cria o Conselho Nacional de Pesquisas

NOME DO DEPUTADO	PARTIDO	ESTADO	STATUS PROFISSIONAL
Antônio Ezequiel Feliciano da Silva	PSD	São Paulo	Advogado
Aureliano Leite	UDN	São Paulo	Advogado
Carlos Cirilo Júnior	PSD	São Paulo	Advogado
Edgar Baptista Pereira	PSD	São Paulo	Advogado
Eusébio Martins da Rocha Filho	PTB	São Paulo	Advogado
Horácio Lafer	PSD	São Paulo	Empresário
José Alves Palma	PSD	São Paulo	
José Correia Pedrosa Júnior	PTB	São Paulo	Ferrovário, advogado
José João Abdala	PSD	São Paulo	Médico
Luís de Toledo Piza Sobrinho	UDN	São Paulo	Advogado
Manuel Vítor de Azevedo	PDC	São Paulo	Jornalista, professor
Plínio Barreto	UDN	São Paulo	Advogado, jornalista
Plínio Cavalcanti de Albuquerque	PSD	São Paulo	Advogado, jornalista
Romeu Campos Vergal	PRP / PSP	São Paulo	Jornalista, professor

Fontes: Projeto de Lei n.164, de 29 de abril de 1948. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas. Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, p.2765, 29 abr. 1948. Beloch, Israel, Abreu, Alzira (coord.) Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense Universitária: FGV / CPDOC: FINEP, 4v, 1984.

Identificado com o pequeno círculo de professores e pesquisadores das ciências biológicas, a tramitação do projeto foi interrompida para que ele fosse substituído pelo Projeto de Lei n. 260/49. Naquele momento, além da Física ocupar o papel de ciência-guia, as instituições e a imensa maioria dos cientistas evocados no Projeto de Lei n.164/49 – Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Cardoso Fontes, Amoroso Costa, Vital Brasil, Evandro Chagas, Roquette Pinto e os irmãos Osório de Almeida – não tinham tradição nessa área do conhecimento para avaliar a criação de um instituto de pesquisa de física nuclear. Do mesmo modo, era insufici-

ente a justificativa de que “(.....) já possuímos um centro de investigações em São Paulo e outro no Rio e da equipe jovem e vigorosa que os constitui saiu o jovem Cesar Lattes, cuja recente descoberta provocou tão grande sensação nos meios científicos do mundo”¹¹.

As reivindicações expressas em fóruns do Rio de Janeiro e São Paulo e encaminhadas sempre pelos mesmos professores e pesquisadores só viriam a ser atendidas numa versão ampliada politicamente a fim de atender aos anseios mais poderosos presentes na sociedade. Isto é, os anseios daqueles que representavam a possibilidade do avanço científico em todas as áreas do conhecimento, somados aos ímpetus oníricos dos que tinham força política para sobrepor a esses interesses o ideal de garantir a segurança nacional, por meio do emprego da energia nuclear.

A COMISSÃO DE NOTÁVEIS

O último projeto de lei propondo a criação do Conselho Nacional de Pesquisas partiu da gestão de Álvaro Alberto, recém promovido a contra-almirante, junto ao general e presidente da República Eurico Dutra. Obedeceu à seguinte estratégia: regressando dos Estados Unidos, ele fez uma exposição detalhada de sua participação na Comissão de Energia Atômica da ONU ao ministro da Marinha Sylvio Noronha; depois, acompanhado de seu superior teve uma audiência com o presidente da República. Para a ocasião, Álvaro Alberto preparou um memorial, no qual enfatizava as dificuldades enfrentadas pela delegação brasileira na ONU, uma vez que “(...) o Brasil era o único que não dispunha de órgãos necessários para se colocar em idêntico nível de progresso cultural, econômico, à altura dos países civilizados”¹². Chamado outra vez ao Palácio do Catete – depois de o general presidente ter conversado sobre o assunto com o diretor do Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público), Mario Bittencourt Sampaio, e com o presidente do Conselho Nacional de Colonização e Imigração, Jorge Latour – Álvaro Alberto lhe apresentou uma lista de nomes para compor a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto. Apesar de lembrado por ter estado à frente da Companhia Siderúrgica Nacional, houve restrição ao nome do Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva para a presidência da comissão, sob alegação de que o mesmo estava muito envolvido com problemas administrativos.

A comissão de 22 notáveis¹³, sob a presidência de Álvaro Alberto, congregava representantes dos meios acadêmico e militar – representan-

¹¹ Projeto de Lei n.164/48. *Diário do Congresso Nacional*. 29 abr. 1948. p. 2798.

¹² Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto de estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas. *Ata da 1ª reunião realizada a 13 de abril de 1949*. p. 2. (Arquivo Álvaro Alberto – AA/CNP/009)

¹³ Exposição de Motivos enviada ao senhor presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, pela comissão incumbida de elaborar o anteprojeto de estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas. In: CNPq, *op. cit.* nota 3, p. 57-70. Foi transcrita em: *Parceria estratégica*, Brasília, n. 9, p. 182-195, out. 2000.

tes de sociedades e de institutos de pesquisas científicas – da administração pública, bem como um representante do setor industrial, como demonstra o Quadro 2. Justificava-se que havia duas razões para constituir uma comissão tão numerosa:

“(.....) primeira, era necessário trabalhar em assuntos que abrangessem toda a escala de conhecimentos no terreno da ciência e da fisiologia (*sic*); segunda, o Conselho Nacional de Pesquisas, numa ressonância de âmbito nacional, faz-se preciso representar o pensamento não de um ou dois indivíduos que, por mais patriotas que fossem, não poderiam fazer sozinhos todo esse trabalho”¹⁴.

Ao que tudo indica, a comissão se reuniu nos meses de abril e maio e, conforme assinalado no quadro acima, 45% de seus membros já haviam se reunido antes para fundar o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas¹⁵. Também chama atenção – porque caracteriza muito bem a conjuntura que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial e a história do próprio CNPq – a presença de cinco militares. Afora dois almirantes estarem perfeitamente inseridos nas atividades da Academia Brasileira de Ciências por terem sido professores da Escola Naval, os militares ali representavam o Estado Maior das Forças Armadas.

Na verdade, o anteprojeto de lei estava sendo elaborado para substituir aquele apresentado em 1948 e que não garantia aos militares o controle da produção da energia nuclear. E quanto a esse aspecto, Álvaro Alberto foi enfático desde a primeira reunião:

“Toda vez que um assunto tangencie o interesse de defesa nacional, não queremos publicidade. Quando o assunto tocar de perto o interesse nacional os pesquisadores não terão pressa em publicar seu resultado. Há necessidade de sigilo nas sessões”¹⁶.

Pode-se apreender que o pensamento e a maneira de Álvaro Alberto dirigir os trabalhos dessa comissão são característicos de um militar, muito embora ele fosse o presidente da Academia Brasileira de Ciências. Além de revelar as peculiaridades dos incipientes ambientes intelectual e científico da época, suas opiniões e decisões relacionadas com a criação do CNPq indicam que, naquela rede de atores sociais, ele representava as instituições militares. Contudo, foi o porta-voz principal da rede que criou o CNPq e o interlocutor junto ao presidente da República, porque fazia convergir interesses de grupos econômicos do setor de mineração, dos meios militares, e tinha muitos admiradores entre os professores das es-

¹⁴ Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto de estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas. *Ata da reunião realizada em 20 de abril de 1949*, p.1.

¹⁵ O CBPF foi criado em janeiro de 1949 mas começou a ser articulado em 1945.

¹⁶ Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto (...). *op. cit.* nota 12, p.7.

Quadro 2 – Comissão encarregada do anteprojeto do CNPq, 1949

N OMES	STATUS PROFISSIONAL E VÍNCULOS EM 1949
Adalberto Menezes de Oliveira (1)	Almirante, ex-professor Escola Naval, sócio ABC, fundador do CBPF
Álvaro Alberto da Mota e Silva (1)	Contra-almte, ex-professor Escola Naval, industrial, vice-presidente CBPF, presidente ABC
Álvaro Osório de Almeida	Biólogo, professor Faculdade Nacional de Medicina, sócio ABC
Armando Dubois Ferreira (1)	Coronel, comandante da Escola Técnica Exército, fundador e membro Conselho Deliberativo CBPF
Arthur Moses (1)	Biólogo, presidente ABC (1933-35; 1941-49, 1951-65), fundador e membro Conselho Deliberativo CBPF
Cesar Lattes (1)	Físico, descobridor do méson-p, sócio ABC, fundador e diretor científico CBPF
Ernesto Lopes Fonseca Costa	Diretor Instituto Nacional Tecnologia, representante Ministério Trabalho, Indústria e Comércio
Euvaldo Lodi (1)	Empresário, presidente Confederação Nacional da Indústria, fundador e mecenas CBPF, deputado federal (PSD-MG)
Francisco José Maffei	Professor Escola Politécnica -SP, superintendente Instituto Pesquisas Tecnológicas
Ignácio M. Azevedo do Amaral	Professor Escola Nacional de Engenharia, ex-reitor da Universidade do Brasil, sócio ABC
Joaquim Costa Ribeiro (1)	Físico; descobridor efeito dielétrico, chefe Depto Física FNF, sócio ABC, fundador e membro Direção Técnica CBPF
Jorge Latour	Presidente do Conselho de Imigração e Colonização
José Carneiro Felipe (1)	Físico-químico, fundador e diretor da Escola Nacional de Química, sócio ABC, fundador e membro Cons. Deliberativo CBPF
Luiz Cintra do Prado (1)	Professor Depto Física Escola Politécnica de São Paulo; sócio ABC, fundador e membro Direção Técnica CBPF
Marcello Damy Souza Santos	Físico, descobridor chuveiros penetrantes, chefe Depto Física USP; sócio ABC
Mário da Silva Pinto	Engenheiro de minas, diretor Departamento Nacional da Produção Mineral, sócio ABC
Mário de Bittencourt Sampaio	Engenheiro, diretor-geral do Departamento Administração do Serviço Público – Dasp
Mário Paulo de Brito	Professor Escola Nacional de Engenharia
Mário Saraiva	Fundador e diretor do Instituto de Química Agrícola do Ministério de Agricultura
Martinho Santos	Ten-coronel-aviador, representante do Ministério da Aeronáutica
Orlando Rangel Sobrinho (1)	Ten-cel., químico, advogado, fundador e membro Conselho Deliberativo CBPF, sócio ABC
Theodoreto Arruda Souto	Professor Escola Politécnica de São Paulo, diretor Escola de Engenharia de São Carlos

Nota: (1) Fundadores do CBPF. Exceto Euvaldo Lodi, os demais também participaram de instâncias deliberativas do CBPF. Esses associados da Academia Brasileira de Ciências ocuparam cargos de direção entre 1933-55, à exceção de Luiz Cintra do Prado, Cesar Lattes e do ten-cel. Orlando Rangel, admitidos em agosto de 1949, e do cel. Armando Dubois Ferreira, em 27 de abril 1951.

Fonte: Andrade, Ana M. Ribeiro de. Físicos, mésons e política: a dinâmica da ciência na sociedade. Rio de Janeiro/ São Paulo: Mast/ Hucitec, 1999. p. 111.

colas militares e de ensino superior, pelo seu estilo pomposo de divulgar a ciência. Ostentando o título de professor *honoris causa* da Universidade do Brasil, de presidente da conservadora Academia Brasileira de Ciências – desde maio de 1949, quando fracionou a longa permanência do biólogo Arthur Moses – e o título de Contra-almirante Honorário pela atuação na ONU¹⁷, alguns de seus comentários se tornaram amplamente conhecidos, apesar de serem bastante pitorescos.

OS DEBATES DA COMISSÃO

Para iniciar os trabalhos, Álvaro Alberto entregou uma versão preliminar do Projeto de Lei, para ser discutida apenas na reunião seguinte, acentuando que o relatório da comissão precisava estar concluído em vinte dias e o anteprojeto deveria ser sucinto.

Abrindo os debates, ele deu a palavra a Cesar Lattes, alegando que “(.....) nos conselhos de guerra, é sempre o mais moço quem faz uso dela (.....)”¹⁸.

Cesar Lattes¹⁹, muito motivado, então sugeriu: o emprego da denominação ciências da terra; modificou a lista dos elementos componentes da física nuclear; ponderou que seria ideal instalar um ciclotron em cada centro de pesquisa; e pediu esclarecimentos sobre a interferência do futuro Conselho nas instituições científicas existentes. Propondo a adoção do modelo americano, no qual várias universidades trabalham em conjunto, fez ressalvas ao artigo que não incluiu a Geologia, entre as matérias a serem estudadas como a Matemática, a Mineralogia e a Biologia. E, já naquela época, levantou o problema das patentes²⁰.

Retomando a palavra, Álvaro Alberto expressou o sentido real de suas preocupações, as mesmas manifestas em documentos do período em que participou da Comissão de Energia Atômica da ONU:

¹⁷ Ofício n.3982 do reitor da Universidade do Brasil comunicando a aprovação da proposta da Congregação Nacional de Química de lhe ser concedido o título de *professor honoris causa*; promoção de Álvaro Alberto a contra-almirante (00278-AA/C/175 e 00657-AA/M/033 Arquivo Álvaro Alberto). Para Fernandes, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Rio de Janeiro: UNB, 1990. p. 29, um indicador do conservadorismo da ABC é o rodízio do mesmo grupo nos cargos de direção e, mais tarde, a ligação com os militares de 1964.

¹⁸ Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto (...). *op. cit.* nota 12, p.8.

¹⁹ Cesar Lattes (Brasil, 1924): graduado em física (1943) e professor da Universidade de São Paulo (1944-49; 1960-67); pesquisador associado da Universidade de Bristol (1946-47), do Radiation Laboratory of Berkeley (1948-49), do Institute for Nuclear Studies Enrico Fermi da Universidade de Chicago (1955-56), e do College of Science Literature and Arts de la Universidade de Minesota (1956-57); fundador e diretor científico do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (1949-1955); fundador e conselheiro do CNPq (1951-55); e professor da Universidade do Brasil (1949-67) e da Universidade Estadual de Campinas (1967-84). É co-autor de diversos trabalhos sobre a descoberta do méson-p, razão pela qual foi indicado para Prêmio Nobel. Ver: Andrade (1999), *op. cit.* nota 2.

²⁰ Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto (...). *op. cit.* nota 12, p. 8 e 11.

“O mais importante para nós é o desejo de dar ao mundo a impressão de que o Brasil já vai cuidar do problema, e isto é uma questão de política internacional. (...) Nós estamos trabalhando em conjunto e para dar ao mundo a impressão de que o Brasil também está se interessando pelo assunto e que saiu de sua letargia, porque o que existia era apenas por iniciativa de grupos”²¹.

Entretanto, os aspectos mais recorrentes e que mais preocuparam os representantes das universidades e cientistas foram: a autonomia dos institutos de pesquisa, a ingerência do futuro Conselho nas políticas estaduais de pesquisa e a função do novo órgão. A dúvida era se ele deveria promover, estimular ou coordenar a pesquisa, como ocorria nas instituições similares dos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e países tomados como modelo a ser seguido pelo Brasil. A última questão – quanto a ser o CNPq um agente catalisador, executivo ou realizador de pesquisa – foi traduzida por Mário da Silva Pinto. Tal questão implicava saber se este órgão poderia ou não criar os seus institutos de pesquisa, o que ele chamou de “filosofia do conselho”²².

O assunto foi retomado noutras reuniões, ao serem discutidas a constituição, a estrutura e forma de escolha dos futuros membros do conselho deliberativo. Ao contrário do Projeto n.164/48, no projeto substituto de 1949 o Conselho Deliberativo – o CD, instância máxima de decisão – foi muito ampliado para representar determinadas instituições e favorecer as áreas de conhecimento de futuros conselheiros que estavam ali presentes. Assim, sucedendo às sugestões apresentadas por Carneiro Felipe, procurava-se, em vão, dissociar o nome de instituições.

Enquanto Álvaro Alberto defendia que a presença de um representante do Dasp e da Academia Brasileira de Ciências era ponto pacífico, e para Euvaldo Lodi a CNI (Confederação Nacional da Indústria) era a representante do setor, os representantes militares indagavam se as “instituições científicas e de alta cultura” compreendiam tanto as instituições civis como as instituições militares. Mário da Silva Pinto, sugerindo que o CD não excedesse a dezenove membros, discordou do fato de o Ministério da Educação ter um representante e questionou por que não o teriam também o Ministério do Trabalho, o Ministério da Agricultura (ao qual ele pertencia) e os demais nos quais se realizavam pesquisas.

Evidenciando o corporativismo, o almirante Menezes de Oliveira imediatamente reclamou que as Forças Armadas não estavam suficientemente representadas e que, no lugar de um representante do Estado Maior, deveria haver representantes de cada Ministério militar. O presidente da comissão, também um militar, contra-argumentou que era importante incluir apenas os órgãos que têm preeminência em cada setor, como a

²¹ *idem.* p.9.

²² *idem. ibidem.* p.10.

Escola Técnica do Exército e o Serviço de Rádio da Marinha²³. No jogo de interesses as questões pareciam intermináveis.

Para pôr fim à controvérsia, Álvaro Alberto esclareceu que na ausência de especialistas sobre determinadas matérias entre os conselheiros, seria convocada uma comissão para assessorar o CD; estabeleceu que as reuniões dessa instância seriam mensais e remuneradas; e acertou que o Dasp faria a estimativa do pessoal necessário para execução das atividades administrativas.

Não havia consenso, nem debate. Álvaro Alberto simplesmente postergava a discussão quando havia divergência, alegando que as dúvidas seriam dirimidas na regulamentação. A estratégia surtia efeito, principalmente porque o general Eurico Dutra iria apresentá-lo em mensagem presidencial ao Congresso, no início do mês seguinte²⁴.

Somente Mario da Silva Pinto apresentou uma contraproposta de projeto, na qual enfatizava que:

“d) O problema da energia atômica ou física nuclear não deve ser entrosado com a criação do Conselho; a pesquisa, *lato sensu*, é de maior importância que este aspecto particular da Ciência e da Técnica, o qual deve ser cuidado num Instituto a parte;

e) Convém, pois, preparar dois projetos de Lei: um constituindo o Conselho Nacional de Pesquisas e outro criando um Instituto de Física Nuclear”²⁵.

Álvaro Alberto fez uma defesa apaixonada dos seus pontos de vista, salientando as dificuldades enfrentadas na ONU e reiterando que o Brasil, um dos quatro países²⁶ que possuíam grandes reservas de minerais fósseis, tinha instituições e legislação insuficientes para proteger seus interesses e garantir a soberania nacional. A história do CNPq revelará que Mario da Silva Pinto era um desenvolvimentista não-nacionalista, contudo, tinha razão em discordar, em alguns pontos, da questão impressa no item d. Membro atuante da Academia Brasileira de Ciências, entre os técnicos do governo ele representava o Ministério da Agricultura, na condição de diretor do DNPM (Departamento Nacional da Produção Mineral)²⁷.

²³ Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto (...).*op. cit.* nota 13. p.21- 23.

²⁴ Mensagem do presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, ao Congresso Nacional propondo a criação do Conselho Nacional de Pesquisas. In: CNPq. *op. cit.* nota 3 p. 55-56. Transcrita em: *Parceria Estratégica*, Brasília, n. 9, p. 182-183, out. 2000.

²⁵ Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto (...).*op. cit.* nota 13. p.30-31.

²⁶ Dos 55 países integrantes das Nações Unidas, apenas o Brasil, o Canadá, a Bélgica (Congo) e a Índia dispunham de reservas de urânio, tório etc.

²⁷ Mario da Silva Pinto: engenheiro de minas, membro da Diretoria da Academia Brasileira de Ciências (1941-49 e 1951-53) e do Conselho Deliberativo do CNPq (1951-54); participou da direção do BNDE; e fundou a Consultec, na qual estava associado a Roberto Campos. Pinto, Mário da Silva. *Entrevista* concedida a Ana M. Ribeiro de Andrade em 1996.

Euvaldo Lodi, referindo-se à “provocação tão feliz” levantada por Mário Pinto, reforçou a necessidade de aprofundar o debate sobre o campo de atuação do CNPq, com o que também concordavam Álvaro Osório de Almeida e Marcelo Damy. Este último fez consistentes ponderações sobre a verdadeira extensão das atividades relacionadas à energia nuclear: falta de físicos e de pessoal especializado no país e os compromissos firmados anteriormente com instituições americanas, como a Fundação Rockefeller. Já o discurso de Joaquim Costa Ribeiro – na história do CNPq, o mais fiel aliado de Álvaro Alberto – contrapunha-se ao de Mário Pinto e de Marcelo Damy, e traduzia os argumentos do presidente da comissão:

“A associação é feliz nesse ponto de vista, porque aproveita um estado de espírito bastante generalizado, que se servirá de algo ainda mais profundo do que a energia atômica. Por outro lado, tem a vantagem de separar o problema da energia atômica, desligando-o do seu caráter belicoso, pois que se torna perigoso criar um órgão específico que degeneraria em órgão puramente estratégico ou militar. Ao contrário disso, visamos a um ponto de vista de aproveitamento da energia para fins passivos (sic). São dois aspectos, um de ordem psicológica e outro de ordem ontológica”²⁸.

Havendo conflitos entre os aliados, transparece igualmente a competição entre cientistas. Pois, enquanto Álvaro Alberto alardeava que “(.....) em contato com aquela gente, o único modo é falarmos ombro a ombro frontalmente, nada de parecer que estamos querendo agir às escondidas”²⁹, e Costa Ribeiro reforçava seu ponto de vista para os colegas, enfatizando a necessidade de haver um interlocutor do governo brasileiro, Damy acabou explicitando o seu verdadeiro receio: ver comprometida a montagem do bétraton comprado da Allis Chalmers (EUA) para o Departamento de Física da USP, por represália dos Estados Unidos.

Considerações sobre a deficiência do ensino superior no Brasil e sobre o insignificante número de pesquisadores em atividade – somadas aos comentários sobre a precariedade da infra-estrutura para o ensino e pesquisa nas faculdades do Rio de Janeiro, onde havia apenas fragmentos de escolas – marcaram as intervenções de Álvaro Osório de Almeida, sempre cuidadoso em precisar o sentido das palavras e as peculiaridades da prática científica na fase da leitura das emendas ao projeto³⁰. Quanto aos outros professores e pesquisadores, se Cintra do Prado, Theodoreto Souto, Carneiro Felipe e Costa Ribeiro foram muito participantes, Ernesto Fonseca da Costa e Marcelo Damy faltaram a reuniões e se manifestaram

²⁸ Comissão incumbida do anteprojeto (...). *op. cit.* nota 13. p.34. Observa-se que os originais não foram revistos.

²⁹ *idem.* p.39-40.

³⁰ Comissão incumbida do anteprojeto (...). *Ata da reunião realizada em 21 abril de 1949*, p.48-52; ----. *Ata da reunião realizada em 26 de maio*, p. 72-75.

pouco. Já Cesar Lattes se esquivou, logo de início, da proposta de Álvaro Alberto para integrar a subcomissão de redação. Em algumas reuniões, manteve-se em quase absoluto silêncio; noutra ocasião, interrompeu a reunião para nomear instrumentos científicos para serem adquiridos, confirmando que a sua participação visava unicamente ao desenvolvimento da pesquisa em Física. Porém, se os registros dos trabalhos da comissão não permitem uma análise mais acurada das opiniões na fase da redação final e da incorporação das emendas – os trechos lidos não estão transcritos em ata – pode-se notar que seus participantes demoraram discutindo questões menores, como por exemplo a necessidade, ou não, de os conselheiros serem brasileiros natos e a precisão de determinados termos. Além disso, como já foi salientado, detiveram-se nos aspectos que pudessem garantir a participação daquele grupo no futuro CNPq.

Questões ideológicas³¹ estão, pela mesma razão, entrecortadas e difusas nos registros dos diálogos travados, principalmente entre militares e cientistas. Em contrapartida, ficou evidente a ingerência do Estado Maior das Forças Armadas e a conseqüente falta de autonomia de seus representantes na comissão. Também ficou clara a dificuldade dos militares, dos diretores de órgãos da administração pública e dos tecnologistas de entender os procedimentos ou a sistemática do julgamento de pedidos de bolsa ou auxílio a pesquisa. Isto é, quando o comentário não partia dos cientistas presentes, havia uma enorme preocupação em estabelecer formas de controle e normas para julgamento de projetos, baseadas em critérios de ordem administrativa, material e ideológica, ao invés de se estabelecer critérios fundados no mérito científico da proposta. Mesmo nesse ponto, o discurso de Álvaro Alberto revela muito mais a sua formação militar do que uma maneira de pensar correspondente a seu *status* na Academia Brasileira de Ciências ou à sua condição de empresário.

A freqüência de determinados termos e expressões no documento final denota o peso da ideologia militar nos trabalhos da comissão³², apesar da inferioridade numérica desse grupo nas reuniões. Como atesta a Exposição de Motivos enviada ao presidente da República, utiliza-se a expressão “Estado Maior da Ciência e da Técnica” e apenas “Estado Maior”, bem como há seis menções à “segurança nacional”, ao “fortalecimento da integridade da Pátria” ou à “guerra”. Vinculando ciência, tecnologia e energia nuclear, essa simbiose tinha em vista a defesa de investimentos públicos, visando à participação do Brasil na corrida pelo aproveitamento da energia nuclear.

As expectativas estão evidentes nas palavras do próprio Presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, propondo ao Congresso Nacional a criação do Conselho Nacional de Pesquisas:

³¹ *idem.* p. 67 e 68, na qual há registro de Álvaro Alberto contra o comunismo.

³² Visando preparar a regulamentação, as reuniões da comissão continuaram após 12 de maio de 1949, dia em que o presidente da República enviou a mensagem ao Congresso Nacional propondo a criação do Conselho Nacional de Pesquisas.

“É um fato reconhecido que, após a última guerra, tomaram notável e surpreendente incremento, não só por imperativo de defesa nacional senão também por necessidade de promover o bem-estar, os estudos científicos e, de modo particular, os que se relacionam com o domínio da física nuclear. Nesse sentido, estão dedicando esforço diuturno as nações civilizadas (...) que passaram a considerar tais estudos tanto em função dos propósitos de paz mundial como, sobretudo, em razão dos imperativos da própria segurança nacional”.³³

As palavras guerra, segurança nacional e defesa, que são recorrentes no discurso oficial, aparecem associadas à energia nuclear. A guerra sempre foi considerada um fator importante no desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a energia nuclear era apresentada como um recurso para superar o atraso crônico da nação. As pesquisas para o desenvolvimento das ciências nucleares representavam a evocação da necessidade de o país se defender e se desenvolver economicamente. Não por acaso, esse processo se fortaleceu com a participação direta de Cesar Lattes nessa comissão, quando a tese das compensações específicas – defendida por Álvaro Alberto na ONU – se incorporou à luta dos desenvolvimentistas nacionalistas em defesa do petróleo e dos recursos minerais estratégicos. Logo, a aliança entre cientistas e militares se ancorava no impacto causado pela bomba atômica, no retorno glorioso de Lattes após a descoberta dos mésons artificiais nos Estados Unidos e nas credenciais de contra-almirante obtidas por Álvaro Alberto após a atuação na Comissão de Energia Atômica da ONU. O sucesso da criação do CBPF, no início de 1949, indicava que a aliança era promissora.

A TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO

Enquanto tramitava o Projeto n. 260/49 – em substituição ao Projeto n. 164/48 –, “era extraordinária a resistência do Álvaro Alberto para falar e convencer as pessoas”.³⁴ E, se no Congresso Nacional ele fazia convergir a atenção de militares e de empresários do setor de mineração, a proposta era suficientemente ampla para corresponder também aos anseios de professores e cientistas representados pela Academia Brasileira de Ciências e instituições de ensino superior. Representantes do meio acadêmico, esperando que o CNPq tivesse o mesmo efeito positivo das agências de energia atômica e dos conselhos de pesquisa dos Estados Unidos, do Cana-

³³ Mensagem do presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, ao Congresso Nacional, propondo a criação do Conselho Nacional de Pesquisas. In: CNPq. *op. cit.* nota 3. p. 55.

³⁴ Lattes, Cesar. *Entrevista* concedida a Ana M. Ribeiro de Andrade em 1996.

dá e, em particular da França³⁵, nos quais a instituição se inspirou, empenharam-se do mesmo modo para quebrar a resistência daqueles que consideravam a ciência um empreendimento dispendioso, desnecessário ou inacessível a um país atrasado. Cesar Lattes e Joaquim Costa Ribeiro compareceram à Comissão de Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; entrevistas foram concedidas à imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo³⁶; e Álvaro Alberto organizou o *Seminário de Ciência e Tecnologia* (RJ, 1949)³⁷, cujo tema foi a física moderna. Dessa forma, estes cientistas e seus aliados iam construindo, no Brasil, a “ideologia da física”³⁸ – segundo a qual os métodos e as suas aplicações resolveriam a maioria dos problemas da humanidade – favorecendo cada vez mais essa disciplina que, nessa época, sequer constituía uma seção independente na Academia Brasileira de Ciências.

A fusão de projetos estrangeiros e a mobilização de atores sociais que, além dos representantes da USP, participaram da criação da Escola Superior de Guerra e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas facilitaram a receptividade do Projeto n. 260/49 no Congresso Nacional. O teor era idêntico ao texto da Exposição de Motivos enviada ao presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, pela comissão incumbida de elaborar o anteprojeto de estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas. O Quadro 3 fornece alguns indicadores do processo e indica possíveis elos entre o Congresso Nacional e os membros da comissão de 1949.

“A gestação durou um ano e dez meses, no Congresso, por causa da mesquinha de alguns e baixos interesses de outros. Mas a idéia triunfou”³⁹. A tramitação na Câmara dos Deputados pode ser acompanhada pela seguinte cronologia:

- 23 maio 1949: o Projeto de Lei n. 260/49 é apresentado pelo Poder Executivo, segue para impressão e para as Comissões de Educação e Cultura, Indústria e Comércio, Segurança Nacional, e Finanças;
- 11 maio 1950: o Projeto é lido e segue para impressão com os pareceres favoráveis das Comissões de Educação e Cultura, Constituição e

³⁵ Na Exposição de Motivos encaminhada ao general Dutra, a comissão incumbida do anteprojeto dedicou 15% do texto à missão do CNRS (Centre National de Recherche Scientifique). Ver nota 33.

³⁶ Carta de Theodureto de Arruda Souto, em 20 dez. 1949, enviando a Álvaro Alberto recorte do Correio Paulistano com a entrevista concedida sobre o CNPq; carta de Seixas Netto a Álvaro Alberto, em 7 maio 1949, sobre matéria do mesmo teor divulgada no Diário da Tarde (AA/C/201 e AA/C/191. Arquivo Álvaro).

³⁷ O evento foi realizado na Academia Brasileira de Ciências. Participaram professores estrangeiros – Richard Feynman, Jules Guéron e Gleb Wataghin – e professores da Escola Naval, do Departamento de Física da FNF i e das escolas de engenharia de Recife, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Anotações de Luiz Freire intitulada “Seminário de Ciências” (Arquivo Luiz Freire); *Jornal do Commercio* de 25 a 28 de ago. 1949.

³⁸ Meyer, Jean. *Entrevista concedida a Nadja Volia Xavier e Souza e Ricardo Guedes F. Pinto para pesquisa realizada na FINEP*. Campinas, maio 1977. (CPDOC/FGV).fita 1, p. 12.

³⁹ Carta de Álvaro Alberto a Luiz Freire em 9 abr. 1951 (Arquivo Luiz Freire).

Justiça, Segurança Nacional, e Finanças, com o substitutivo da Comissão de Indústria e Comércio, e com os votos de Eusébio da Rocha Filho e Alde Sampaio (ver Quadro 3). O Projeto n. 164/48 é anexado por haver referências ao mesmo em pareceres das comissões, (Projeto 260A);

- 19 maio 1950: o Projeto segue para impressão com as emendas das comissões e do deputado Paulo Afonso Vieira de Rezende;
- 22 maio 1950: apresentado requerimento de urgência;
- 31 julho 1950: o Projeto é lido e segue para impressão com parecer sobre emendas de pauta, da Comissão de Constituição e Justiça e das demais comissões, porque houve modificações, (Projeto 260B);
- 2 agosto 1950: o Projeto entra em discussão; manifestam-se os deputados Helvécio Coelho Rodrigues, Alde Sampaio, Fausto de Freitas e Castro, e José Leomil;
- 9 setembro 1950: o Projeto é retirado da ordem do dia, para correção de erros;
- 11 outubro 1950: é rejeitado o requerimento de Daniel Faraco solicitando uma comissão especial para opinar, supletivamente, sobre as emendas e termos. Aprovados o substitutivo e as emendas sugeridas no plenário. Passa para discussão suplementar na Comissão de Economia, ficando prejudicado;
- 18 outubro 1950: o Projeto é lido, segue para impressão da redação para a discussão suplementar, (Projeto 260C);
- 20 outubro 1950: o Projeto entra em discussão suplementar. Fala Eusébio da Rocha Filho e são lidas as três emendas de sua autoria para a Comissão de Economia. A discussão é encerrada e a votação das emendas é adiada até o parecer da Comissão de Economia;
- 3 novembro 1950: o Projeto é lido, segue para impressão com o parecer da Comissão de Economia e emendas da discussão suplementar, (Projeto 260D);
- 6 novembro 1950: o Projeto é lido, segue para impressão com o parecer da Comissão de Economia [documento ilegível], e vai para a Comissão de Redação;
- 8 novembro 1950: o Projeto é lido, segue para impressão da redação final, (Projeto 260E);
- 9 novembro 1950: a redação final é aprovada, sem observações, e o Projeto passa para o Senado;
- 11 novembro 1950: o Projeto é encaminhado ao Senado;
- 12 janeiro 1951: o Senado comunica que o Projeto foi sancionado;
- 15 janeiro 1951: o presidente da República sanciona a Lei n.1310 que cria o CNPq⁴⁰.

⁴⁰ Câmara dos Deputados. Notas da tramitação do Projeto n.260/49. (Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados)

Quadro 3 – Relatores do Projeto n. 260/49 e outros aliados no Congresso Nacional

COMISSÕES	DEPUTADOS	PARTIDOS/ESTADOS	STATUS PROFISSIONAL
1- Câmara dos Deputados			
Educação e Cultura	José Maria Lopes Cançado	UDN – MG	Advogado
Constituição e Justiça	Edgar Baptista Pereira	PSD – SP	Advogado
	J. Guilherme Lameira Bittencourt	PSD – PA	Professor
Segurança Nacional	Abelardo dos Santos Mata	PTB – RJ	Militar
	Alfredo de Arruda Câmara	PDC – PE	Religioso
Indústria e Comércio	José Alves Linhares	PPS / PSP – CE	Funcionário público
	Daniel Faraco	PSD – RS	Bancário
Finanças	Juraci Magalhães	UDN – BA	Militar
	Luís de Toledo Piza Sobrinho	UDN – SP	Advogado
2 – Senado Federal			
Educação e Cultura	Evandro Viana	PPB – MA	Funcionário público
Constituição e Justiça	Ivo d' Aquino Fonseca	PSB – PA	Advogado
Forças Armadas	Braga Pinheiro		
Finanças	Alfredo Nasser	UDN – GO	Jornalista, advogado
3 – Outros aliados			
Câmara dos Deputados	Alde Feijó Sampaio	UDN – PE	Economista
	Aliomar Baleeiro	UDN – BA	Advogado
	Fausto de Freitas e Castro	PSD – RS	Advogado
	Dolor de Andrade	UDN – MT	Advogado
	Eusébio Martins da Rocha Filho	PTB – SP	Advogado
	Euvaldo Lodi	PSD – MG	Empresário, fundador e mecenas do CBPF
	Helvécio Coelho Rodrigues	UDN – PI	Militar
	Hugo Ribeiro Carneiro	PSD – CE	Empresário
	José de Carvalho Leomil	UDN – RS	Advogado
	Milton Prates	PSD – MG	Empresário, jornalista
	Paulo Afonso Vieira de Rezende	PSD – ES	Advogado
Senado Federal	Álvaro Adolfo da Silveira	PSB –PA	Professor*
	Francisco Benjamin Gallotti	PSD – SC	Engenheiro

Fontes: CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas. Relatório de Atividades do Conselho Nacional de Pesquisas em 1951, apresentado ao Exmo Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952. p. 81; e — Conselho Deliberativo. Anais da 564ª sessão do Conselho Deliberativo realizada a 17 de abril de 1961, p.19-20. (Arquivo CNPq); Notas da tramitação do Projeto n.260/49 (Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados); Beloch, Israel e Abreu, Alzira (coord.) Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense Universitária: FGV / CPDOC: FINEP, 4 v, 1984.

Assim, poucos dias antes de o general Eurico Dutra deixar o governo, a Lei n.1310/51 foi sancionada⁴¹. A exemplo da Atomic Energy Commission, o Conselho Nacional de Pesquisas era uma autarquia vinculada diretamente à Presidência da República, com autonomia técnico-científica, administrativa e financeira. Isto lhe conferia destaque no organograma do Governo, além de facilidades para negociar reivindicações, com a finalidade de estimular o desenvolvimento da pesquisa em qualquer domínio do conhecimento e, ainda, a atribuição, em nome do Estado, de controlar todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia nuclear. O Fundo Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas, sob administração do CNPq, garantia a manutenção de atividades de fomento.

“O ex-presidente [general Eurico Dutra] quis deixar ao novo a tarefa da nomeação dos Membros do Conselho. O novo governo não estava a par do que havia. Só em princípio de março foram feitas algumas nomeações (cinco, e entre elas, a deste seu amigo); tivemos praticamente uma semana para elaborar o Regulamento (...).⁴² Em meados de março foram feitas 13 nomeações, inclusive a sua, que, sem favor honra o Conselho. Foi vitorioso o meu ponto de vista de assegurar representação a alguns dos principais centros de alta cultura do País; Pernambuco e Minas deram um representante (você seria nomeado independentemente desse critério, pelo menos no que dependesse do meu esforço); Rio Grande do Sul, dois; São Paulo, quatro; e Rio de Janeiro, cinco dos representantes das universidades e instituições técnicas, referidas na letra C do Art. 7 da Lei n.1310. Em fins de março foram nomeados quatro representantes dos Ministérios e um do Estado Maior das Forças Armadas. Estamos desde então esperando a nomeação do presidente e do vice, bem como do Dasp e da Academia. (...) Acontece, porém, que a política prossegue na sua obra de cupim, e as intervenções estão, segundo consta, causando a presente procrastinação”.⁴³

Venceram os militares, que ocuparam a presidência e duas vagas no Conselho Deliberativo, instância superior à qual competia a orienta-

⁴¹ *Diário Oficial*, 16 jan. 1951.

⁴² Decreto n. 29.433 de 4 de abril de 1951. In: *Diário Oficial*, 5 abr. 1951.

⁴³ Carta de Álvaro Alberto a Luiz Freire em 9 abr. 1951 (Arquivo Luiz Freire). De acordo com a Lei n.1310, o Conselho Deliberativo deveria ser constituído por: a) presidente e vice-presidente, de livre escolha do presidente da República; b) cinco representantes de ministérios e do EMFA; c) entre 9 e 18 membros, representando um deles a Academia Brasileira de Ciências, dois outros, respectivamente, o órgão representativo das indústrias e da administração pública, e os demais escolhidos dentre homens de ciência, professores, pesquisadores ou profissionais técnicos competentes pertencentes a universidades, escolas superiores, instituições científicas, tecnológicas e de alta cultura, civis ou militares, e que se recomendem pelo notório saber, reconhecida idoneidade moral e devotamento aos interesses do país.

ção de todas as atividades. Na escolha dos outros membros vigoraram os critérios mencionados na carta acima mas também pesaram os vínculos com a Academia Brasileira de Ciências, a identificação ideológica, as indicações de terceiros (típicas da dinâmica relacional impregnada na sociedade brasileira) e o comprometimento com a produção de energia nuclear. Dentre os 22 notáveis que integraram a Comissão encarregada do anteprojeto, treze foram conselheiros do CNPq, no período 1951-55, e três faleceram antes do início das atividades do Conselho.

Assim, com a morte de José Carneiro Felipe, a presidência do CNPq foi assegurada para o contra-almirante Álvaro Alberto. Ademar de Barros disputou então, com o Estado Maior das Forças Armadas, a indicação do vice-presidente. O governador de São Paulo, que pleiteava o cargo para o biólogo Otto Bier⁴⁴, perdeu para os militares, que ainda conseguiram impor o nome do coronel Armando Dubois Ferreira. Critérios de representatividade no meio acadêmico não foram considerados⁴⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito desta análise, as alianças ocorreram na esfera em que os grupos envolvidos deixam de lado as controvérsias científicas e emprestam o nome, concedem favores, estreitam laços, estabelecem novos compromissos, hipotecam solidariedade noutros meios e recrutam mais aliados para garantir vantagens no jogo de interesses. Nesse comércio de trocas simbólicas, permutava-se poder político e militar por conhecimento científico, ou seja, apoio para o desenvolvimento da investigação científica por ciência aplicada visando a produção de energia nuclear. E, para se ter apoio de toda sorte, nenhuma área do conhecimento foi excluída da Lei n. 1310.

Naquele contexto, a ciência tanto fortalecia o poder político e o poder militar como passava a ser usada para acelerar o ritmo do crescimento da economia dos países industrializados da Europa e América do Norte. No Brasil, onde ela estava restrita a poucos e a pequenos núcleos de investigação, o modelo centralizador da política de fomento da ciência e da tecnologia foi copiado desses países, fonte das aspirações nacionais. O desenvolvimento da ciência e a produção de energia nuclear eram tidos como solução para superar o atraso crônico do país e como forma de ostentar a grandeza cultural.

A Segunda Guerra Mundial modificara as relações entre políticos, militares, empresários e cientistas, tanto nos países produtores de ciência

⁴⁴ Recorte de jornal anexo à Carta de Álvaro Alberto a Luiz Freire em 9 abr. 1951 (Arquivo Luiz Freire).

⁴⁵ Armando Dubois Ferreira só ingressou na ABC em 27 abr. 1951. Academia Brasileira de Ciências. *Academia Brasileira de Ciências: organização e membros*. Rio de Janeiro: ABC, 1996.

quanto no Brasil. Depois, os laços entre os mesmos se fortaleceram, à proporção que se alardeava, no próspero negócio da Guerra Fria, o iminente enfrentamento Estados Unidos x União Soviética. Aqui, assim como lá, Exército e Marinha foram os primeiros a estreitar os vínculos com os cientistas, mas não em função da crescente influência dos Estados Unidos na formação dos oficiais brasileiros. E, se esses vínculos eram bem mais antigos, em meados do século XX, os ideais políticos dos cientistas e militares que participaram da criação do CNPq eram, respectivamente, fazer ciência para melhorar o Brasil e garantir a segurança nacional com o emprego da energia nuclear.

Resumo

O trabalho analisa o processo histórico da Ciência e Tecnologia que culminou com a criação do CNPq, reforçando as motivações dos atores sociais envolvidos. Depois de seguidas tentativas para criar um conselho nacional de pesquisas, o sucesso obtido em 1951 é atribuído ao desdobramento da aliança estabelecida entre militares, cientistas, técnicos do governo e empresários para a fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e à mobilização política identificada na sociedade brasileira após a Segunda Guerra Mundial. As principais fontes para este estudo foram documentos provenientes do Arquivo Álvaro Alberto, do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, e do Arquivo CNPq.

Abstract

The article analyses the historical process of Science and Technology, which had its peak with the CNPq's creation. The successful achievement of 1951 was a product of a decisive cooperation among militaries, scientists, the government officials and the businessmen. The political mobilization of the Brazilian society after the Second World War was a remarkable event in the process of consolidating of the institutional framework of science and technology. The main sources to these studies were taken from the Files of Álvaro Alberto, the Chamber of Deputies' Center of Documents and Information and from the Files of CNPq.

A Autora

ANA MARIA RIBEIRO DE ANDRADE é doutora em História (UFF), e pesquisadora do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCT). Publicou diversos artigos sobre a História da Ciência em periódicos nacionais e estrangeiros, e também no livro "Físicos, mésons e política: a dinâmica da ciência na sociedade" (São Paulo: Hucitec, 199).



Reunião da comissão incumbida de elaborar o anteprojeto de estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas, em 1949. A partir da esquerda, em primeiro plano, Álvaro Osório de Almeida, José Carneiro Felipe, Jorge Latour e Álvaro Alberto.